

ATRASOS SALARIAIS

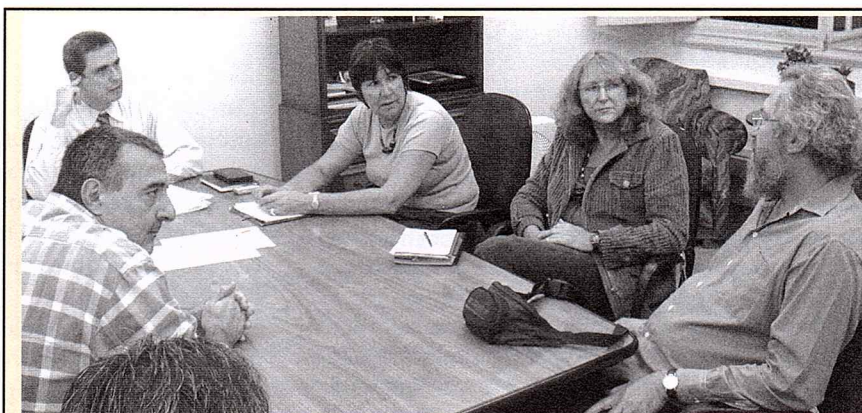
Reitoria apresentará contraproposta aos professores nesta semana

A diretoria da APROPUC reuniu-se na semana passada com a Reitoria para discutir a reposição dos prejuízos decorrentes dos atrasos de salários que ocorrem desde maio/2003.

Pela proposta aprovada na assembléia de 16/5, os professores receberiam reposição de 1% sobre seus salários, a partir de março de 2006 até fevereiro de 2007. Daí em diante, até fevereiro de 2008, seria acrescido mais 1% aos salários. Em março de 2008, o valor de 2% seria acrescido ao pagamento, sendo considerado como aumento real para a categoria.

O vice-reitor administrativo Flávio Saraiva não concordou com a posição dos professores, e afirmou que nesta semana fará uma nova proposta. Numa primeira avaliação, o professor achou difícil trabalhar-se com uma incorporação de valores aos salários dos docentes.

Segundo a professora Priscilla Cornalbas, presidente da APROPUC, a proposta foi muito discutida pelos docentes e procura tanto atender às reivindicações da categoria, como trabalhar com as dificuldades apresentadas pela Reitoria em acertar a dívida neste ano e pagar o montante de uma só vez. Os professores receberiam as suas dívidas de maneira parcelada, a partir de 2006. Ao mesmo tempo, teriam recomposto ao longo de dois anos todas as perdas e recuperado



Diretoria da APROPUC e representantes da Comissão de Acompanhamento da Crise reúnem-se com a Reitoria

Comissão sobre a crise solicita documentos à Reitoria

Na mesma reunião em que os professores discutiram suas propostas com a Reitoria, representantes da Comissão de Acompanhamento da Crise da PUC entregaram à direção da universidade um rol de solicitações, para que seja possível a construção de um diagnóstico da crise da PUC.

Para José Arbex Júnior, professor do curso de Jornalismo e integrante da Comissão, "se o trabalho for bem sucedido, poderá ser útil inclusive para a atual Reitoria entender as dimensões da crise financeira da universidade".

Já vice-reitor Flávio Saraiva entende que a Reitoria deverá adotar uma postura de colaboração, fornecendo os dados que forem solicitados e que estiverem ao alcance da atual gestão.

Para Priscilla Cornalbas o histórico pretendido pelos professores não deve ser exclusivamente numérico, mas algo que reflita as políticas que estiveram por trás dos números levantados.

Uma reunião entre a Reitoria e a Comissão será agendada assim que os professores concluírem as análises dos dados a serem fornecidos pela Reitoria.

os prejuízos decorrentes da situação de atraso.

A proposta poderia também acabar com o impasse gerado na Delegacia Regional do Trabalho, onde a APROPUC mantém uma mesa de negociação com a Reitoria há quase dois anos.

Assembléia

Nesta semana, acontece mais uma reunião entre professores e Reitoria, além de uma nova assembléia da categoria, na quarta-feira, 8/6, às 18h, na sala T-50 A, Prédio Velho.

Um país empacado

A sensação geral é muito ruim. Vivemos um momento histórico de empate generalizado. A sociedade brasileira não avança em nenhuma direção. Apenas está se corroendo no desgaste da estagnação. Os nossos índices e indicadores econômicos e sociais seguem repetindo um quadro que não se altera há décadas, ou apenas muda para pior. Todos os projetos setoriais de maior relevância continuam bloqueados, no banho-maria, como convém ao jogo das forças dominantes.

Dados do IPEA reiteram levantamentos anteriores da FGV – para comprovar que mais de 50 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha da pobreza. No ranking de 130 países pesquisados, o Brasil é o penúltimo em desigualdade social, ganha apenas de Serra Leoa. A juventude está condenada a herdar um mundo sem perspectiva, entregue ao consumismo, à alienação e às drogas.

O País não enfrenta para valer os seus verdadeiros problemas: não consegue libertar-se da escandalosa evasão de recursos (pagamento de juros e da dívida, remessa de lucros e de *royalties*, contas bancárias no exterior etc.); não consegue fazer a reforma agrária; não consegue criar um modelo de desenvolvimento baseado na geração de empregos e melhor distribuição da renda; não consegue democratizar as comunicações, o ensino superior, as relações de trabalho, o espaço público e nem mesmo a riqueza cultural dos diferentes grupos humanos.

Os projetos das “reformas” sindical e universitária se transformaram em carrossel de ilusões: rodam em círculos e se alteram conforme o campo de visão de cada setor social. Nasceram equivocados, disseminaram a cizânia e a confusão generalizada e tendem a se transformar em monstros biônicos pelas pressões das forças mais atrasadas e poderosas de sempre.

Os partidos não cumprem seus próprios programas, menos ainda os compromissos assumidos com o povo; também passaram a abrir mão de princípios e posturas éticas em troca da sobrevivência fisiológica. Incorporaram o autoritarismo das seitas e das organizações militares.

As casas legislativas – municipais, estaduais e federais – não representam o sentimento e a expectativa da Nação: vereadores, deputados e senadores – com raríssimas exceções – adotaram o cinismo como regra número um de suas condutas, cuidam apenas de seus interesses mesquinhos sem qualquer indignação com a realidade do povo.

O País está cada dia mais escasso de lideranças autênticas, combativas, sinceramente comprometidas com as lutas coletivas das maiorias oprimidas, exploradas e excluídas. As melhores lideranças são sistematicamente destruídas pela força da comunicação de massa controlada pelas elites dominantes, são desqualificadas pela academia, menosprezadas pela intelectualidade e muitas vezes colocadas na vala comum de todos aqueles que se renderam ou se venderam para o sistema.

O grande desafio do momento é romper esse círculo vicioso que impede o País de conquistar, efetivamente, melhores condições de vida para todos. Isso só é possível através de processos revolucionários, do rompimento de todas as amarras que impedem a realização transformadora. Ou se quebra a hegemonia neoliberal e oligárquica dominante ou o Brasil sucumbirá na inanição.

*Hamilton Octavio de Souza,
Diretor da Apropuc.*



ALICIA PERES

O debate foi o segundo do ciclo promovido pela APROPUC e pelo Núcleo de Relações de Trabalho

MOBILIZAÇÃO

Dirigentes da CUT debatem Reforma Sindical

A Reforma Sindical voltou a ser debatida na universidade na noite da quinta-feira, 2/6. Júlio Turra e Francisvaldo Mendes, ambos da CUT, analisaram o projeto e seu contexto no segundo debate do ciclo promovido pela APROPUC e pelo Núcleo de Relações de Trabalho da Faculdade de Serviço Social.

O grande problema da reforma pretendida pelo governo, para Francisvaldo, é o princípio de que tudo pode ser resolvido na mesa de negociação – acaba-se com a garantia de direitos básicos. O Fórum Nacional do Trabalho (formado por governo, sindicalistas e empresários), autor do projeto, seria “uma aberração, porque jogou no lixo todos os princípios históricos da CUT”.

Ainda segundo o dirigente, a fundação da CUT se deu questionando a estrutura sindical vigente desde a Era Vargas, que se baseia em princípios como o poder da Justiça de intervir nos conflitos e o imposto sindical. A reforma apenas reforçaria esses conceitos, instituindo uma contribuição obrigatória ainda maior que a atual e aumentando a interferên-

cia do Estado nas relações entre patrões e empregados.

Para Júlio Turra, tal interferência é gravíssima, já que “o Estado não é neutro. É sempre a ditadura de uma classe sobre a outra, que assume formas mais ou menos democráticas”. No discurso predominante, porém, essa concepção vem sendo mascarada: afirma-se que “não somos mais parte de uma sociedade de conflitos. Somos a ‘sociedade civil’ tentando achar o ‘consenso mundial’. É a idéia da harmonização de interesses. Isso orientou o Fórum Nacional do Trabalho, e orienta o governo Lula”. Segundo ele, tudo estava sinalizado desde o começo: Lula, um operário, e José Alencar, um grande empresário, juntos para forjar um “pacto social”.

Terceiro debate

No próximo dia 17/6, o ciclo de debates sobre a Reforma Sindical chega à última etapa, com a presença de representantes da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), da CUT e do Conselho Diretor de Base do Sindicato dos Trabalhadores da USP.

PUCviva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP. **Coordenação:** Valdir Mengardo. **Sub-editor:** Leandro Diversa. **Reportagem:** Ébano Piacentini. **Edição de arte, projeto gráfico e editoração eletrônica:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães. **Colaboraram nesta edição:** Marta Bispo da Cruz, Priscilla Cornalbas, Luiz Carlos de Campos, Erson Martins de Oliveira, Hamilton Octavio de Souza, Anselmo Antonio da Silva, Maria Helena G. S. Borges. **Telefones da Apropuc:** 3670-8209 e 3872-2685. **Correio Eletrônico:** apropuc@uol.com.br. **Telefone da Afapuc:** 3670-8208. **Endereço do PUCviva:** Rua Cardoso de Almeida, 990 - Sala CA 02 - Corredor da Cardoso - São Paulo - SP. **Fone:** 3670-8004. **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCviva na Internet:** www.apropucsp.org.br.

Direitos trabalhistas: legislado x negociado

Flávia Piovesan

Na avaliação da Secretaria Especial de Direitos Humanos, dentre as principais realizações da Secretaria no biênio 2003-2004, destaca-se a política pela erradicação do trabalho escravo, mediante a adoção do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, em 2003. No período de 2003 a 2004, mais de 7000 trabalhadores mantidos em regime de escravidão e trabalho degradante foram libertados, tendo sido fiscalizadas mais de 460 fazendas.

É neste contexto que se discute no país a reforma da legislação trabalhista, a fim de que o negociado prevaleça sobre o legislado, de modo a reduzir o alcance da proteção social ao trabalhador, prevista na Constituição Federal de 1988 e na CLT. O objetivo central da reforma é a flexibilização dos direitos trabalhistas, assegurando maior autonomia para a negociação direta entre empregadores e trabalhadores.

Considerando que a relação entre trabalhador e empregador é desigual e acentadamente assimétrica, a normatividade interna consagra parâmetros protetivos fundamentais para compensar esta assimetria. Com a “flexibilização”, os direitos trabalhistas ficariam condicionados ao contrato, convenção, acordo ou negociação coletiva. Isto é, a depender dos termos de um contrato de trabalho e da “autonomia da vontade das partes”, mediante a livre negociação, poderiam ser suprimidos os mais básicos direitos, o que se agrava com a recessão e com o crescente desemprego. A liberdade poderia conduzir a uma perversa escravidão contemporânea.

O Brasil, embora apresente a quinta população economicamente ativa do mundo, teve, em 1999, a terceira maior quantidade de desempregados em um universo de 141 países pesquisados. Neste cenário, qualquer poder de negociação vê-se ameaçado, na medida em que um exército de excluídos se rende-

ria à precariedade de qualquer condição de trabalho.

Sob o prisma jurídico, a flexibilização dos direitos trabalhistas simboliza violação à ordem constitucional e à ordem internacional. A redução da proteção social trabalhista afronta a cláusula da proibição do retrocesso social, como também afronta a cláusula pétrea que impede a redução de direitos e garantias, a compor a reserva de justiça constitucional.

Além disso, se a finalidade maior da flexibilização dos direitos trabalhista é atrair o capital internacional, sob o lema do baixo custo produtivo, e aumentar o emprego, tais objetivos não foram alcançados no contexto latino-americano. A flexibilização das relações de trabalho não tem sido capaz de gerar novos empregos, mas tem implicado a fragilização das relações trabalhistas e a precariedade das condições de trabalho, em uma realidade na qual a erradicação do trabalho escravo é ainda tema de destaque na agenda nacional.

A própria OIT, no “Panorama Laboral de 2003 da América Latina e Caribe”, afirma que “o balanço é sombrio: persistem altos níveis de desemprego, com uma desocupação urbana estimada em 10,7%; criam empregos de menor qualidade que no passado, com uma maior informalidade de novos postos de trabalho; e há a redução do poder aquisitivo dos salários mínimos”. Adiciona que “as desigualdades apontam que mais de 4 em cada 10 latino-americanos recebem salários insuficientes para satisfazer suas necessidades básicas, o que contribui para a erosão da coesão social, dificultando a própria governabilidade”. Realça ser urgente enfrentar o que qualifica como uma “emergência social”, mediante a criação de empregos decentes e a ampliação da proteção social, o que permitirá diminuir a pobreza e a desigualdade na região.

Em 2003, a taxa de desemprego no Brasil alcançou 12,5%; na Argentina 16%; e no Uruguai 17%. O aumento do desemprego é mais prejudicial às mulheres que aos homens em to-

dos os países da América Latina. Mais de 40% das mulheres ocupadas estão no setor informal urbano, sem qualquer proteção laboral e seguridade social. As mulheres são, ainda, a maioria nos trabalhos domésticos.

No Brasil, os homens recebem em média um salário 42% superior ao das mulheres. Há uma forte segmentação ocupacional no mercado de trabalho, na medida em que os homens concentram-se nos postos de trabalho dos setores melhor remunerados – as ocupações dos setores industriais e produtivos –, enquanto as mulheres desempenham as atividades relacionadas aos serviços pessoais e sociais, associadas aos menores salários.

Afro-descendentes ganham, em média, 40 a 50% a menos do que os brancos. Os homens brancos recebem os melhores salários, seguidos pelas mulheres brancas e homens afro-descendentes, ficando as mulheres afro-descendentes na base dessa pirâmide, com rendimentos significativamente menores. A remuneração média das mulheres afro-descendentes representa no máximo 53% da remuneração média das mulheres brancas.

Isto significa que a violação de direitos trabalhistas alcança prioritariamente os grupos vulneráveis, compondo um ciclo vicioso no qual a pobreza fomenta a discriminação e a discriminação fomenta a pobreza.

Que o legislado possa, assim, prevalecer sobre o negociado, permitindo a implementação de parâmetros normativos capazes de assegurar uma relação minimamente justa e digna de trabalho, com a erradicação de todas as perversas formas de escravidão contemporânea.

Flávia Piovesan é professora doutora de Direito Constitucional e Direitos Humanos na Faculdade de Direito da PUC-SP

Os artigos publicados nesta seção são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Espaço disponível: máximo de 30 linhas, ou 2300 caracteres em fonte 12.

Direito de Resposta

Willis Santiago Guerra Filho

Com relação à matéria veiculada no último número desse Jornal, em que consta referência a meu nome, venho fazer as seguintes retificações. Em primeiro lugar, quanto ao modo como saiu escrito meu sobrenome de família, que é “Guerra”, e não “Guerreira”. Depois, e sendo o que realmente importa, quanto à afirmação da ilustre colega, Presidente da Comissão Central Eleitoral, em que minha candidatura à Presidência da CGPG é referida como irregular. Tanto o jornalista responsável pela matéria como a própria colega foram unânimes em me dizer que ela não se expressou nos termos em que saíram publicados. Entretanto, isso que não disse na semana passada, a ilustre colega, de fato, terminou por fazer, no dia de ontem, quando decidi me considerar inelegível, apesar da chapa que encabeço ter sido aceita pela Comissão Setorial Eleitoral e também pela chapa adversária, que não apresentou qualquer recurso contra nossa candidatura, sendo que só ela teria interesse jurídico para tomar essa medida, em se considerando prejudicada. Cabe indagar, de passagem, se a matéria aqui veiculada teve alguma influência para que tal fato, inusitado, tenha ocorrido. Mais inusi-

tado ainda é o fato de que a própria presidência da Comissão Central Eleitoral apresentou recurso contra aquela sua decisão, para o Consun, o qual repeliu prontamente tal iniciativa, por despropositada, e abriu prazo para que eu me manifeste a respeito. Aqui parece que estamos diante de um excesso de zelo, em princípio louvável, por parte da Comissão Central Eleitoral, talvez motivado pelo fato de que integrei a chapa de dez nomes apresentada pela atual reitora e presidente do Consun, nas eleições passadas, e, tal como a ilustre Presidente da Comissão Central Eleitoral e outros de seus integrantes, estou no exercício de funções administrativas na gestão em curso da reitoria, eleita, ao que parece, para administrar esta universidade justamente com pessoas como aquelas selecionadas para integrar sua chapa, dentre as quais me encontro, com muita honra. Este simples fato já seria suficiente para demonstrar a possibilidade de eu vir a me candidatar para exercer cargo administrativo, dessa vez por eleição, e não por nomeação, na unidade em que me encontro no efetivo exercício do magistério na unidade em que apresento minha candidatura, conforme previsto nas normas superiores da PUC-SP. Apesar da simplicidade da questão, ela termina se tornando complicada, na medida em que

foi levantada, de forma já tida como inadequada, para ser decidida em um órgão de que participam candidatos nas eleições em curso e, logo, com conflito de interesses para resolvê-la, agravado pelo fato de na sua reunião do último dia 25/05, ter havido uma consulta genérica, da mesma presidência da Comissão Central Eleitoral, a respeito da melhor interpretação da Deliberação que rege as eleições em curso. Apesar dessa iniciativa da presidência da Comissão Central Eleitoral também ter sido repelida pelo Conselho, já que assim ele seria levado a fazer um pré-julgamento de questões, em abstrato, de maneira inoportuna e inadequada, isso só veio a ocorrer após iniciada a discussão da consulta, com manifestações de diversos conselheiros, sobre situações que poderiam ser a minha, estando aí, ao que parece, a origem de todo esse mal-entendido, que espero ter ajudado a desfazer, com a presente manifestação.

Willis Santiago Guerra Filho é professor do programa de pós-graduação em Direito – Filosofia do Direito



Os artigos publicados nesta seção são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Espaço disponível: máximo de 30 linhas, ou 2300 caracteres em fonte 12.

65/78

Comissão estuda novas soluções para o contrato docente

A Comissão que estuda possíveis modificações no contrato de trabalho dos professores analisou diversas simulações elaboradas a partir da proposta apresentada em sua última reunião pelos professores Silas Guerriero, Edison Nunes e Luiz Carlos de Campos. Os números revelaram uma série de distorções entre o montante de horas/aula hoje existentes em cada departamento e aquele que poderia

existir caso fossem aplicados os parâmetros sugeridos pelos professores.

Na maioria dos casos haveria uma diminuição de horas, tanto na graduação como no pós. Para tentar corrigir tais distorções os participantes irão tentar viabilizar um sistema de quotas para cada departamento e programa que leve em conta, além das horas docentes, calculadas pela fórmula proposta anteriormente, a titulação, as

atividades de pesquisa, iniciação científica e outras atividades do corpo docente de cada unidade.

Para isso, a comissão irá realizar novos estudos quantitativos das horas departamentais e elaborar um questionário que será enviado aos diversos departamentos e programas para melhor avaliar o perfil das unidades.

Uma nova reunião acontece nesta sexta-feira, 10/6, às 16h30.

Na próxima semana, comunidade escolhe suas novas direções

Entre os dias 13 e 17 de junho, professores, funcionários e estudantes elegem novas direções de Faculdade e Centros, chefias de Departamento, coordenações de cursos e programas de pós-graduação, além de representantes nos diversos conselhos da PUC. Ao todo estarão em jogo 257 cargos, mais as representações.

A Comissão Central Eleitoral (CCE) indeferiu na semana passada seis inscrições nominais e duas chapas, que não atendiam aos requisitos estabelecidos para o pleito. Entre as chapas indeferidas está a composta pelo professor Willis Santiago Guerra Filho, que teve seu caso levado até o Consun pela própria CCE (veja matéria ao lado). O professor entrou com recurso contra a decisão da comissão, caminho também adotado por mais dois professores. Os três recursos serão analisados na sessão extraordinária do Consun que ocorre nesta segunda-feira, às 9h.

Nesta semana, acontecem debates entre os candidatos à direção das faculdade de Ciências Sociais, na terça-feira, e Direito, na quinta. O *PUCviva* dará ampla cobertura na próxima semana aos eventos.

Esclarecimento

A professora Celina Nasser, presidente da Comissão Central Eleitoral, enviou comunicado ao *PUCviva*, declarando que, na entrevista que aparece em nossa matéria sobre eleições da edição n.º 532, "de fato afirmei que o processo

eleitoral foi tranquilo, registrando-se algumas situações que contrariam a deliberação que regulamenta o processo eleitoral. Informei também que a Comissão estava examinando as listas de inscrições

recebidas das Comissões Setoriais. No entanto, não fiz qualquer referência ao nome do professor Willis Santiago Guerra Filho, nem qualquer consideração sobre a pertinência de sua inscrição eleitoral".

Consun vai avaliar recursos de candidatos nesta segunda

O Conselho Universitário (Consun) agendou uma reunião extraordinária para as 9h desta segunda-feira, 6/6, para avaliar os recursos que surgiram nas eleições acadêmicas da universidade, marcadas para a próxima semana. O prazo para apresentação desses recursos terminou na sexta-feira, 3/6 e, das oito impugnações registradas, três recursos foram apresentados.

Na quarta-feira passada, 1.º/6, o Consun avaliou um recurso apresentado pela Faculdade de Fonoaudiologia, referente à eleição na Derdic. A atual direção da unidade havia entendido que apenas os técnicos que ali trabalham é que pertenceriam ao quadro da unidade, e portanto só eles teriam direito a voto. Depois de longa discussão, o conselho deliberou por unanimidade que todos os professores que atuam na Derdic, sejam da Fonoaudiologia ou de qualquer outra faculdade, têm direito a votar para os cargos de direção daquela unidade.

Alvoroço

A Comissão Central Eleitoral (CCE) indeferiu a candidatura do

professor Willis Santiago Guerra à presidência da pós-graduação. Até a quarta-feira, o professor ainda não havia recorrido. Mas a própria presidente da comissão (Celina Nasser, assessora da Vracom) o fez: apresentou um "recurso de ofício" ao Consun, em nome das mesmas pessoas que indeferiram a candidatura, pedindo que o caso fosse reavaliado.

A solicitação causou alvoroço entre todos os presentes. "A comissão eleitoral tem de estar segura de suas funções e encaminhar as decisões que toma", assinalou a conselheira Madalena Peixoto. A advogada Maria Rita Bueno, da assessoria jurídica, defendeu que o pedido tinha validade, por tratar-se de caso polêmico. Mas o conselheiro Wladimir Silveira explicou que, no Direito, o recurso de ofício só é usado em casos muito específicos, que em nada coincidem com o assunto em questão.

Sendo assim, o recurso da comissão não foi ao menos avaliado. O caso do professor Willis só vai ser debatido pelo Consun nesta segunda porque ele mesmo apresentou recurso depois do ocorrido.

Rola na rampa

Vice-reitor sinaliza medidas para o futuro

O vice-reitor administrativo Flávio Saraiva citou no Conselho Universitário de 1.º/6 algumas medidas que a Reitoria vem estudando para a universidade. A meta mais imediata é começar a elaborar o orçamento de 2006 – que, segundo ele, será discutido com a comunidade. Entre outras ações cogitadas, estão a terceirização da Loja da PUC e mesmo de setores do Hospital Santa Lucinda, em Sorocaba. Flávio também disse que um plano de aposentadoria está sendo negociado com o Bradesco, e que um centro de treinamento para os funcionários deve começar a funcionar no segundo semestre. Duas

medidas já implantadas trouxeram, segundo o professor, resultados positivos: primeiro, um “plano de mídia” para a PUC, que acabou com a contratação independente de sete agências de publicidade por vários setores da universidade, “que depois mandavam a conta para a tesouraria”. Isso reduziu sensivelmente os gastos publicitários em 2005, revelou o vice-reitor. Ele também afirmou que a renegociação das dívidas da PUC trouxe uma economia de 700 mil reais em juros só em 2005. Outro objetivo é rever os convênios, que deram prejuízo geral de R\$ 2 milhões para a universidade no ano passado.

Cepe analisa viabilidade do modelo puquiano

Reunido em 1.º/6 para discutir o Plano de Gestão da Reitoria, o Cepe mergulhou num debate sobre a viabilidade do modelo da PUC. Segundo a vice-reitora acadêmica Bader Sawaia, o principal conflito está entre manter a sustentabilidade e a excelência acadêmica e ao mesmo tempo sanar a crise financeira. Bader revelou também uma recente descoberta: as tão visadas distorções da deliberação 65/78 não causam grande impacto nas finanças da PUC (veja matéria nesta edição). O objetivo agora é analisar as proporções alunos por professor (média de 12) e alunos por funcionário (média de 17). A vice-reitora afirmou que, para garantir o modelo sem fazer cortes, a solução é justamente expandir a PUC, e aumentar as fontes de receita para além das mensalidades.

CAs têm acordo em participar dos conselhos

Numa reunião ocorrida em 30/5, seis centros acadêmicos do Centro de Ciências Humanas (CCH) discutiram as eleições de representantes estudantis para os quatro conselhos superiores da PUC. Os CAs concordaram que os estudantes devem voltar a ocupar as cadeiras, mas houve divergências em relação aos programas que devem ser formados e levados às instâncias. Os alunos, que têm autonomia para promover eleições com prazos e regras próprias, estão estudando se respeitarão o cronograma das eleições gerais, entregando os nomes escolhidos em 24/6, ou se precisarão de mais tempo. Na pós-graduação, a eleição para os conselhos começa nesta segunda-feira, 6/6, e vai até a sexta. A urna para mestrandos e doutorandos estará na sede da APG (4.º andar do Prédio Novo). Há apenas um grupo inscrito, a Chapa da APG, com alunos de seis programas diferentes. Mais informações em www.apgucsp.org.br.

Tenente vem à PUC debater estratégias militares

O tenente-brigadeiro Sérgio Ferolla vem à PUC nesta quarta-feira, 8/6, às 14h30, na sala 333, para uma conferência sobre a *Estratégia militar brasileira face ao cenário regional e internacional*. Entre os assuntos em pauta, a influência dos EUA no golpe de 1964. Ferolla já foi diretor da Escola Superior de Guerra, Chefe do Estado Maior da Aeronáutica e Ministro do Superior Tribunal Militar. O evento é organizado pelo Núcleo de Análise de Conjuntura Internacional (Naci).

Curso de Educação Infantil com nota máxima

O Curso de Pedagogia da PUC, na modalidade Educação Infantil, obteve nota máxima em todos os quesitos na avaliação do MEC feita em abril. Na visita anterior, a avaliação governamental já tinha considerado o curso excelente, o que o torna uma referência nacional nesta modalidade da Educação.



Ítalo-paulistanos no Espaço Cultural

A exposição *Território Santu Paulu*, com imagens reunidas pela fotógrafa e pesquisadora Ângela Di Sessa, será inaugurada nesta quinta-feira, 9/6, às 19h30, no Espaço Cultural da Biblioteca Central. Ângela, também profes-

sora do curso de Publicidade e Propaganda, passou três anos recolhendo o acervo exposto, que retrata a comunidade de origem italiana da cidade. A foto acima ilustra uma cena de 1958, na pizzaria Castelões, no Brás.